

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LUCILEIA COSTA DE PAULA

**AUDITORIA DE GESTÃO NO SUPRIMENTO DE FUNDOS: ESTUDO
DE CASO NA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE
ROLIM DE MOURA (RO)**

Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo

Cacoal - RO
2010

**AUDITORIA DE GESTÃO NO SUPRIMENTO DE FUNDOS: ESTUDO
DE CASO NA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE
ROLIM DE MOURA (RO)**

Por:

LUCILEIA COSTA DE PAULA

**Artigo apresentado à Universidade Federal
de Rondônia – UNIR – *campus* de Cacoal,
como requisito parcial para a obtenção do
grau de Bacharel em Ciências Contábeis,
elaborado sob a orientação da Professora
Dr^a. Eleonice de Fátima Dal Magro.**

**Cacoal – RO
2010**

PAULA, Lucileia Costa de.

Auditoria de Gestão no Suprimento de Fundos: estudo de caso na Delegacia de Polícia Civil do município de Rolim de Moura (RO)./ Lucileia Costa de Paula. – Cacoal, 2010. – 21f.

Trabalho de conclusão de curso – Artigo – Universidade Federal de Rondônia – *Campus* de Cacoal. Curso de Ciências Contábeis.

Orientadora: Doutora Eleonice de Fátima Dal Magro

1. Auditoria Governamental. 2. Legislação. 3. Prestação de Contas. I Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR – *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “Auditoria de Gestão no Suprimento de Fundos: Estudo de caso na Delegacia de Polícia Civil do Município de Rolim de Moura (RO)”, elaborado pela acadêmica Lucileia Costa de Paula, foi avaliado e julgado aprovado pela Banca Examinadora formada por:

Prof^a. Dr^a. Eleonice de Fátima Dal Magro – Orientadora/UNIR

Prof^o. Ms. Geraldo Correia da Silva – Membro - UNIR

Prof^a. Ms. Liliane Maria Nery Andrade – Membro - UNIR

Média

“E, se clamares por inteligência, e por entendimento alçares a voz, se buscares a sabedoria como a prata e como a tesouros escondidos a procurares, então, entenderás o temor do SENHOR e acharás o conhecimento de Deus.”

(Provérbios 2:3-5)

A Deus, sem O qual nada seria possível.

Aos meus pais pela herança biológica, psicológica, cultural e espiritual.

Ao homem que conquistou meu coração, pelo amor incondicional, pela compreensão diante dos períodos de ausência e pelo incentivo indispensável à superação dos diversos obstáculos.

A minha filha simplesmente por existir.

A minha orientadora, por sua sabedoria, atenção, auxílio e paciência.

Aos nossos colegas pela convivência e bom relacionamento durante o curso.

Aos demais professores e funcionários do curso que, de uma forma ou outra, contribuíram para esta conquista.

*“A moralidade é a melhor de todas as regras para
orientar a humanidade.”*

Friedrich Nietzsche

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 AUDITORIA GOVERNAMENTAL.....	8
1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE AUDITORIA.....	8
1.2 CONCEITO.....	10
2 AUDITORIA GOVERNAMENTAL E EMBASAMENTO LEGAL.....	11
3 SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	12
3.1 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	12
3.2 LIMITES PARA CONCESSÃO.....	14
3.3 CONCESSÃO PARA SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	14
3.3.1 <i>Condições Gerais</i>	15
3.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	15
3.4.1 <i>Prazo para aplicação e prestação de suprimento de fundos</i>	15
3.4.2 <i>Documentos que deverão acompanhar a prestação de contas</i>	16
3.4.3 <i>Controle de suprimento</i>	17
4 ANÁLISE.....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	21
OBRAS CONSULTADAS.....	22

AUDITORIA DE GESTÃO NO SUPRIMENTO DE FUNDOS: ESTUDO DE CASO NA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (RO).

Lucileia Costa de Paula¹

RESUMO: Considerando-se a importância da auditoria governamental como forma de subsidiar a gestão pública, esta pesquisa de caráter bibliográfico visa identificar os procedimentos adotados pelo gestor de suprimento de fundos no que tange ao ato de concessão, de aplicação e de prestação de contas, de modo a verificar por meio da análise documental, se as contas públicas da entidade objeto de estudo estão sendo executadas em observância às normas pertinentes, para promoção da transparência dos atos praticados pelo suprido, e assim, evitar a incidência de irregularidades apurados neste processo.

PALAVRAS-CHAVE: Auditoria Governamental. Legislação. Prestação de contas.

INTRODUÇÃO

Constantemente têm-se notícia de diversas crises envolvendo os gestores das entidades públicas no âmbito da esfera federal, estadual e municipal no que se refere à aplicação de recursos públicos, devido a não observância dos princípios legais para promoção do bem estar da coletividade, sendo que tais acontecimentos ocasionam uma onda de desconfiança e insegurança por parte da sociedade em geral, culminando na perda de credibilidade dos administradores que manuseiam as contas públicas.

Frisa-se que a falta de ética dos administradores públicos no exercício de sua função ensejou a necessidade de adoção de ações e controles eficazes para prevenir e identificar alteração na execução das contas públicas.

Neste contexto, a auditoria de gestão é uma ferramenta que visa orientar o gestor público na tomada de decisão, possibilitando melhor utilização dos recursos públicos e facilitando a prestação de contas. Por meio de técnicas de análise mensura se os objetivos estão sendo atingidos com base nos recursos aprovados e se estão sendo alocados de acordo

¹ Acadêmica concluinte do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia – campus de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Eleonice de Fátima Dal Magro. E-mails: lucipaulla@yahoo.com.br e eleonice@unir.br

com a legislação pertinente, com eficiência, eficácia e economia, com a finalidade de satisfazer os beneficiários dos produtos e a necessidade da administração pública.

Desta forma, inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica exploratória busca-se avançar no conhecimento sobre auditoria governamental, suprimento de fundos relativo à legislação aplicável ao ato de concessão, de aplicação e prestação de contas deste recurso, destinado a compra de material de consumo e prestação de serviço à Delegacia de Polícia Civil de Rolim de Moura/RO, objetivando averiguar por meio da análise documental se os procedimentos utilizados pelo suprido no processo de prestação de contas de suprimento de fundos foram executados para o fim especificado em dotação orçamentária e na conformidade da legislação pertinente.

1 AUDITORIA GOVERNAMENTAL

1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA AUDITORIA

Não há um consenso entre os estudiosos do assunto, acerca da origem da auditoria. Segundo Almeida (2009, p. 25-26) expressa que a auditoria externa teve sua origem com o desenvolvimento do capitalismo, e, posteriormente, com ampliação da empresa e sua manutenção no mercado competitivo, os empreendedores buscaram alternativas de recursos financeiros provenientes de terceiros para garantir a rentabilidade da aplicação destes recursos, momento em que passaram a exigir que as demonstrações contábeis fossem realizadas por um profissional independente da empresa com relevado domínio de técnicas, visando assegurar a veracidade da informação sobre a situação patrimonial e financeira de seus investimentos.

O autor afirma ainda, que o aperfeiçoamento de técnicas de auditoria fora facilitadas com a implantação de multinacionais no Brasil, que interessados em controlar seus investimentos disseminaram as técnicas por eles já adotadas no auditamento de suas empresas. E, a partir de então, foram elaboradas a base legal brasileira, quando leis e regulamentos foram criados, com intuito, de padronizar a aplicação de auditoria independente nas empresas com associações internacionais.

Para Cruz (2007, p. 5-14), a auditoria precede a prática mercantilista, sendo esta já utilizada para fiscalizar as receitas públicas em meados do século XVI, detectando o valor monetário arrecadado, a capacidade de tributação do cidadão como avaliador dos gastos na

corte. No entanto, Com as expedições marítimas houve a necessidade de integração de múltiplos capitais para atingir o objetivo proposto e com estas advieram os riscos de perdas de capital, ocasionados por fatores externos tais como: contato com diferentes culturas. Desde já, coube a figura do auditor a verificação do risco do empreendimento, no que tange a lucratividade e o retorno de capital, fundamentando seu trabalho a partir do exame documental e da escrituração contábil.

O autor afirma ainda que a auditoria é classificada quanto a sua evolução em três etapas: fiscalizadora, de gestão e operacional. Segundo suas palavras, a auditoria Fiscalizadora visa averiguar as transações financeiras e patrimoniais. A auditoria de Gestão por sua vez observa a produção e a produtividade e avalia os resultados alcançados diante de objetivos e metas fixados para um determinado período dentro da tipicidade própria, isto é, com base em modelo pré-estabelecido. Já a auditoria Operacional analisa a economicidade, eficiência e eficácia das causas e dos efeitos decorrentes.

Castro e Lima (2003, p. 70-71) ao discorrer sobre os tipos de auditoria governamental destacam: auditoria de avaliação de gestão; auditoria de acompanhamento da gestão; auditoria contábil; auditoria operacional e auditoria especial. Seguem os autores esclarecendo que a auditoria de gestão objetiva emitir opinião com vista em certificar-se da regularidade das contas, verificando a execução de contratos, convênio, acordos e ajustes, a probidade na aplicação de recursos públicos e a guarda de administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados, compreendendo, entre outros: o exame da documentação comprobatória dos atos e fatos administrativos; verificação da eficiência dos sistemas de controles administrativo e contábil; o cumprimento da legislação pertinente; e avaliação dos resultados operacionais e execução dos programas de governo quanto à economicidade, eficiência e eficácia dos mesmos.

Machado e Peter (2007, p. 43), concordam com a explanação dos autores acima mencionados, e esclarecem também, que auditoria de gestão visa à verificação da existência física de bens e outros valores.

Percebe-se então que a auditoria governamental é uma ferramenta de controle dos gastos públicos que fiscaliza as demonstrações contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das entidades públicas da administração direta e indireta quanto à aplicação dos recursos, buscando averiguar os atos do gestor público, com a finalidade de fornecer informações úteis para tomada de decisões, auxiliando no processo de prestação de contas, visando uma administração pública de qualidade em prol de benefícios sociais a coletividade.

1.2 CONCEITO

Auditoria externa, segundo Almeida (2009, p. 45,55) é composto por um conjunto de procedimentos técnicos utilizado pelo auditor independente para emitir uma opinião sobre as demonstrações financeiras de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas. Para atingir esse objetivo, o auditor independente necessita de:

Planejar adequadamente seu trabalho, avaliar o sistema de controle interno relacionado com a parte contábil e proceder à revisão analítica das contas do ativo, passivo, despesa e receita, a fim de estabelecer natureza, datas e extensão dos procedimentos de auditoria, colher as evidências comprobatórias das informações das demonstrações financeiras e avaliar essas evidências.

Segundo a INTOSAI (2005, p. 39):

As normas de auditoria (...) constituem um guia mínimo para o auditor, ajudando-o a determinar a amplitude da sua atuação e os procedimentos que devem ser aplicados na auditoria. As normas de auditoria constituem os critérios ou a medida com os quais se avalia a qualidade dos seus resultados.

Em suma as normas de auditoria da INTOSAI foram elaboradas visando proporcionar uma estrutura para o estabelecimento de procedimentos e práticas a serem seguidos na realização das auditorias e servem para nortear o trabalho do auditor, visando promover melhor qualidade dos trabalhos por ele realizados, de maneira a assegurar uma auditoria de alta qualidade que seja executada com a economia, eficiência, eficácia e prontidão devidas.

Machado e Peter (2007, p. 38, 43) explicam que a Auditoria Governamental é um ramo especializado da auditoria que envolve auditoria interna e externa, e tem como objeto os bens, direitos e obrigações da Administração Pública, tendo como uma de suas vertentes a Auditoria de Gestão Pública que é uma ferramenta que aplica os conceitos, princípios e normas de auditoria pública na gestão orçamentária, financeira e patrimonial, propondo verificar se os recursos públicos estão sendo alocados em consonância com a legislação pertinente, e com os princípios constitucionais que orienta a Administração Pública, mediante o exame da prestação de contas ou tomada de contas de pessoas que gerem estes recursos, com intuito, de apresentar sugestões que poderão aperfeiçoar os procedimentos administrativos, visando maiores e melhores benefícios sociais.

Ainda Segundo o autor, Auditoria de Gestão Pública é:

[...] atividade de avaliação voltada para o exame, visando à comprovação da legalidade e legitimidade, adequação dos sistemas de Controles Interno e dos resultados obtidos quanto aos aspectos da economicidade, eficiência e eficácia da aplicação dos recursos públicos. Busca corrigir o desperdício, a improbidade, a negligência e a omissão, e ainda, principalmente, antecipando-se a essas ocorrências, garantir os resultados pretendidos, destacando os impactos e benefícios sociais advindos. Que visa emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas, verificar a execução de contratos, convênios, acordos ou ajustes, a probidade na aplicação dos dinheiros públicos e na guarda ou administração de valores e outros bens da União ou a ela confiados [...]

Neste contexto, a finalidade básica ou objetivo primordial da auditoria no setor público é definido por Castro e Lima (2003, p. 68) como sendo:

[...] conjunto de técnicas que visa avaliar a gestão pública pelos processos e resultados gerenciais e a aplicação de recursos públicos por entidades de direito público e privado, mediante a confrontação entre uma situação encontrada com determinado critério técnico, operacional ou legal. Consiste numa aplicação de recursos, visando corrigir desperdício, improbidade, negligência e omissão.

Portanto, a auditoria examina os resultados na gerência da coisa pública, comprovando a legalidade e legitimidade dos atos e fatos do administrador público, em todas as suas esferas de governo e níveis de poder.

2 AUDITORIA GOVERNAMENTAL E EMBASAMENTO LEGAL

A Lei nº 4.320/64 inovou ao consagrar os princípios de planejamento, do orçamento e do controle, estabelecendo novas técnicas orçamentárias a eficácia dos gastos públicos e preconiza em seu art. 75, que o controle da execução orçamentária compreenderá:

- I – a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;
- II – a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos;
- III – o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços (BRASIL, 1964).

Com relação aos custos dos bens e serviços, tanto a Lei nº 4.320/64 (art. 85), quanto o Decreto-lei nº 200/67 (art. 25, IX e art. 79), que instituiu a reforma administrativa do

Estado, apregoou que todos quantos sejam responsáveis por bens ou valores públicos têm a necessidade de prestar contas da aplicação destes, e que a contabilidade deveria apurá-los, a fim de buscar uma prestação de serviços econômica e evidenciar os resultados da gestão.

A Constituição Federal de 1988 reforça a necessidade do controle e define em seu art. 70:

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens ou valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Com base no art. 163 também da Carta Magna, foi editada a Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabeleceu as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, para haja manutenção do equilíbrio das contas públicas, objetivando que a gestão dos recursos públicos seja efetivada com responsabilidade e transparência para promoção do bem-estar da coletividade.

3 SUPRIMENTO DE FUNDOS

3.1 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O suprimento de fundos caracteriza um tipo de despesa pública que envolve diversas etapas na sua execução. Como toda despesa pública, as irregularidades na sua aplicação devem ser apuradas pela autoridade competente, sob pena de responsabilidade solidária. A visão integrada de sua execução, associada aos mecanismos de controle e acompanhamento dos gastos autorizados pelo Ordenador de despesas, possibilita o atendimento às exigências legais.

Conforme Castro e Lima (2009, cap. 3, p. 81), a Administração Pública prevê,

em determinadas situações, a utilização de uma sistemática especial para realizar despesas que por sua natureza ou urgência não possam aguardar o processo normal

da execução orçamentária, denominada de suprimimento de fundos, que pode ser aplicada nos casos previstos em lei.

Esta modalidade de despesa pública fundamenta-se em legislação que dispõe sobre suprimimento de fundos no que tange sua concessão e aplicabilidade, conforme quadro abaixo.

Artigos 68 e 69, da Lei nº 4.320/1964
Artigo 74, § 3º, do Decreto-Lei nº 200/67
Artigos 45 a 47 do Decreto nº 93.872/86 com as alterações do Decreto nº 95.804/88
Portaria nº 492/93 do Ministério da Fazenda
Decreto nº 941/93
Instrução Normativa nº 05/96 da Secretaria do Tesouro Nacional
Portaria nº 95/02 do Ministério da Fazenda
Decreto nº 10.851/03
Instrução Normativa nº 04/04 da Secretaria do Tesouro Nacional
Decreto nº 5.355/05 com as alterações do Decreto nº 6.370/08
Resolução nº 058/10 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia
Manual SIAFI
Lei Complementar nº 168/97

Figura 1: Legislação pertinente sobre suprimimento de fundos

Fonte: Bibliográfica

Vale ressaltar a Lei Complementar nº 168/97, que institui e regulamenta o Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL com a finalidade de prover recursos para reequipamento de material da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

Neste contexto, os recursos oriundos do Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL Polícia Civil do Estado de Rondônia subordinar-se-á ao disposto no artigo 8º e 9º da Lei Complementar nº 168/97, que o instituiu e regulamentou, e demais legislação pertinente expedida pela Administração Pública, conforme fontes de recursos. Sendo que estes recursos só poderão ser aplicados nas seguintes despesas:

I – DE CAPITAL:

- a) Obras e instalações;
- b) Equipamentos e material permanente;

II - CORRENTE:

- a.1 – despesa com pessoal;
- a.2 – material de consumo;
- a.3 – serviços de terceiros e encargos;

Frisa-se que o Suprimimento de fundos é um adiantamento, colocado à disposição de um servidor, a fim de dar condições à sua unidade de realizar despesas que, por sua natureza ou urgência, não possam aguardar o processamento normal. No entanto, para se adotar esse

regime de pagamento deve ser observado às seguintes condições, conforme Lei nº 4.320/64 nos artigos 65 e 68, que dispõe sobre as normas reguladoras do adiantamento, os quais são:

- a) deve ser utilizado em casos excepcionais; e
- b) que a natureza da despesa ou a sua urgência não permitam o processamento normal da aplicação, ou seja, passagem por todos os estágios da despesa como licitação, dispensa ou inexigibilidade, empenho, liquidação e pagamento. Portanto, o adiantamento deve ser utilizado nos casos em que realmente se fizer necessário, devendo haver muito cuidado e muita prudência na sua utilização, a fim de não generalizar o seu uso. O adiantamento não é regra e sim exceção.

3.2 LIMITES PARA A CONCESSÃO

O valor limite mensal de adiantamento para cada servidor é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Contudo, por Ato do Governador do Estado poderá ser concedido adiantamento acima do valor, conforme estabelecido em Decreto nº 10.851/03 no artigo 2º Parágrafo Único, que trata da concessão de suprimimento de fundos.

3.3 CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

A concessão de Suprimento de Fundos deverá ser solicitada ao Departamento de Contabilidade e Finanças, conforme Resolução nº 058/10 do TCE-RO, ficando o servidor que seguir todos os trâmites legais para a aprovação da concessão, vejamos os procedimentos a serem adotados pelo suprido:

Art. 10. Fica instituído o Cartão de Débito Corporativo como meio de pagamento das despesas em regime de suprimento de fundos pelos servidores designados.

Parágrafo único. O Tribunal de Contas manterá uma conta bancária, denominada de Conta de Adiantamento, para liberação dos gastos com o cartão.

Art. 11. A requisição e a concessão de suprimento de fundos serão feitas através do formulário Concessão de Suprimento de Fundos, emitido em única via.

Art. 12. A competência para requisição de suprimento de fundos caberá a servidores ocupantes de cargo de direção, chefia e/ou assessoramento.

Art. 13. A requisição deverá conter o visto da chefia superior, a partir do nível hierárquico do requisitante.

De acordo com a Resolução na solicitação deverão ser mencionados os objetivos da despesa a ser efetuada e respectiva justificativa, bem como nome, cargo, função ou emprego do proponente e do suprido proposto.

Autorizada a Concessão, o Departamento de Contabilidade e Finanças emitirá previamente o Empenho da Despesa, com base na Portaria que o concedeu, bem como a Ordem Bancária e efetuará o depósito na conta corrente específica do Suprido.

A Portaria indicará o nome, cargo ou função e matrícula do agente responsável; o valor a ser entregue; objetivo do suprimento; o elemento de despesa correspondente; o período de aplicação e o prazo para comprovação.

O titular da unidade administrativa autorizará a entrega do suprimento de fundos, exclusivamente a servidores subordinados, aos quais ficará toda a responsabilidade na aplicação e comprovação deste.

3.3.1 Das condições Gerais

Segundo ainda Resolução nº 058/10, em seu art. 9, do TCE-RO, fica vedado de receber a concessão de suprimento de fundos o servidor enquadrado, nos casos especificados abaixo:

- I – responsável por 02 (dois) suprimentos;
- II – em atraso na prestação de contas de suprimento;
- III – que não esteja em efetivo exercício;
- IV – Ordenador de Despesas;
- V – gestor financeiro;
- VI – responsável pelo almoxarifado; e
- VII – que esteja respondendo a inquérito administrativo ou declarado em alcance.

3.4 PRESTAÇÃO DE CONTAS

3.4.1 Prazo para aplicação e prestação de suprimento de fundos

Na aplicação do Suprimento de Fundos, só poderão ser pagas despesas de acordo com o plano de aplicação especificado no formulário “solicitação de suprimento de fundos”, o qual deve elencar as prioridades para a aplicação dos recursos, observando com atenção, os gastos com Material de Consumo Elemento de Despesa 3390-30 e com Prestação de Serviços elemento de Despesa 3390-39, conforme a discriminação constante no Plano de Aplicação. Ficando o suprido limitado a efetuar saque de 50% (cinquenta por cento) do adiantamento

liberado para o cartão e valor acima do limite, desde que haja autorização através de Ato do Governador do Estado.

Convém, também, lembrar que tanto os recibos como todos os demais documentos de despesas não poderão ter data anterior à do recebimento do numerário e nem superior ao limite de aplicação.

O prazo de aplicação do Suprimento de Fundos é de no máximo 30 (trinta) dias, a partir da data do recebimento do numerário, ficando sujeito a prestar justificativa, caso não realize no prazo determinado em portaria que o concedeu.

No entanto, o ordenador de despesa, poderá fixar menor prazo, de acordo com as exigências dos trabalhos a serem executados.

A prestação de contas deverá ser realizada para o Ordenador de Despesas até o 5º (quinto) dia do mês seguinte ao da realização das despesas, caso não seja apresentado no prazo previsto, à autoridade competente determinará, e aplicará as penalidades cabíveis, de acordo com Art. 13 do Decreto nº 10.851/03, abaixo especificadas:

- I – o bloqueio do cartão junto à Administradora a partir do dia seguinte ao do vencimento;
- II – o cancelamento do saldo do cartão e a reversão do valor à conta-única do Estado; e
- III – a instauração imediata de Tomada de Contas Especial, dando conhecimento ao Tribunal de Contas, quando existirem gastos realizados com o cartão.

Parágrafo único. A existência de gastos será verificada pela Gerência Administrativa Financeira do órgão responsável pelo adiantamento mediante emissão de extrato do cartão na “Conta de Adiantamento”.

3.4.2 Documentos que deverão acompanhar a prestação de contas

A prestação de contas do Suprimento de Fundos será encaminhada ao Ordenador de Despesas, e será constituída dos seguintes documentos, conforme Art. 11 do Decreto nº 10.851/03.

- I – notas fiscais das despesas realizadas;
- II – demonstrativo de gastos do cartão expedido pelo Banco;
- III – documentação relativa à cotação de preços eventualmente realizada;
- IV – relação dos documentos anexados e resumo final demonstrativo do crédito autorizado e gasto; e
- V – Justificativa evidenciando as circunstâncias que não permitiram o atendimento

das despesas indicadas (...), pelo regime comum.

3.4.3 Controle de suprimento

A entrega de recursos financeiros será precedida de empenho da despesa, que receberá a classificação orçamentária do dispêndio a realizar. Admitir-se-á, todavia, na hipótese de concessão de Suprimento de Fundos, para atender a aquisição de material e obtenção de serviços, simultaneamente, que a despesa seja classificada no elemento de despesa de maior predominância dos gastos.

Não se concederá Suprimento de Fundos para aquisição de material permanente ou outra mutação patrimonial, como despesa de capital. As obras e sua reforma ou ampliação serão atendidas, pelo processo normal de despesa pública.

Segundo Resolução nº 058/10, em seu art. 29, do TCE-RO, a Divisão de Contabilidade manterá controle dos suprimentos de fundos concedidos e comprovações dos suprimentos ao Ordenador de Despesas para as providências que couberem. Sendo que este aprovará a Prestação de Contas, ou, quando houver impugnação, determinará imediatas providências administrativas para apuração das responsabilidades e imposição das penalidades cabíveis.

4 ANÁLISE

Prestação de contas de adiantamento de suprimento de fundos, referente ao processo nº 1501.00545-00/2009, relativo ao mês de outubro do presente exercício, concedido ao suprido Agente Policia da Delegacia de Polícia Civil de Rolim de Moura-RO, na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para atendimento dos fins mencionados na nota de empenho, para serem gastos com os elementos de despesas: Material de Consumo 3390-30 o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e Prestação de Serviços 3390-39 o valor de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais), e processo nº 1501.00218-00/2010, referente ao mês de março do corrente ano, na importância de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para atendimento dos fins mencionados na nota de empenho, para serem gastos com os elementos de despesas: Material de Consumo 3390-30 o valor de R\$ 558,00 (quinhentos e cinquenta e oito reais) e Prestação

de Serviços 3390-39 o valor de R\$ 1.442,00 (hum mil e quatrocentos e quarenta e dois reais), ficando sujeito as conferências das comprobatórias da aplicação deste recurso, pelo serviço de Contabilidade da Controladoria Geral do Estado.

As figuras a seguir conterão dados qualitativos e quantitativos dos gastos com suprimento de fundos, visando verificar o cumprimento da legislação pertinente e o desempenho do gestor público.

DOCUMENTO	PRODUTO/SERVIÇO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
ORDEM BANCÁRIA	-	-	1.600,00	1.600,00
NF Nº 1685 DE 22/10/09	CONCERTO DE PNEU	200,00	-	1.400,00
NF Nº 002872 DE 26/10/09	FOTOCÓPIAS	100,00	-	1.300,00
NF Nº 003110 DE 26/10/09	LAVAGENS DE VEÍCULOS	1.300,00	-	0,00
TOTAL		1.600,00	1.600,00	0,00

Figura 2: De demonstrativo de gastos de suprimentos de fundos - outubro/2009 - elemento de despesa: 3390-39
Fonte: DPC - Prestação de Contas (2009).

DOCUMENTO	PRODUTO/SERVIÇO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
ORDEM BANCÁRIA	-	-	400,00	400,00
NF Nº 000.000.161 DE 19/10/09	ÁGUA MINERAL 20 L	400,00	-	0,00
TOTAL		400,00	400,00	0,00

Figura 3: Demonstrativo de gastos de suprimentos de fundos - outubro/2009 - elemento de despesa: 3390-30
Fonte: DPC - Prestação de Contas (2009).

EMPRESA	PRODUTO/SERVIÇO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
OPÇÃO FEST	ÁGUA MINERAL DE 20 L	100	4,00	400,00
LIND'AGUA	ÁGUA MINERAL DE 20 L	100	4,30	430,00
SUP. SANTA HELENA	ÁGUA MINERAL DE 20 L	100	4,75	475,00
M. DA SILVA	FOTOCÓPIAS	1000	0,10	100,00
COPIADORA CENTRAL	FOTOCÓPIAS	1000	0,13	130,00
COPIADORA ROPAR	FOTOCÓPIAS	1000	0,15	150,00
IMARAL PNEUS	CONCERTO DE PNEU	40	5,00	200,00
BORR. DO GAÚCHO	CONCERTO DE PNEU	40	5,00	200,00
RONDO PNEUS	CONCERTO DE PNEU	40	7,00	280,00
LAV. DO RATINHO	LAVAGEM DE VEÍCULO	65	20,00	1.300,00
LAV. DO MANINHO	LAVAGEM DE VEÍCULO	65	25,00	1.625,00
F. R. DE OLIVEIRA	LAVAGEM DE VEÍCULO	65	40,00	2.600,00

Figura 4: Comparativo de cotação de preços - outubro/2009

Fonte: DPC - Prestação de Contas (2009).

DATA	AUTORIZAÇÃO	VALOR DO SAQUE: R\$
17/10/2009	204918	1.000,00
DATA	AUTORIZAÇÃO	VALOR DO SAQUE: R\$
23/10/2009	253420	1.000,00
DATA	AUTORIZAÇÃO	VALOR DO SAQUE: R\$
TOTAL		2.000,00

Figura 5: Demonstrativo de saque cartão de crédito – sisbb - outubro/2009

Fonte: DPC - Prestação de Contas (2009).

DOCUMENTO	PRODUTO/SERVIÇO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
ORDEM BANCÁRIA	-	-	1.442,00	1.442,00
DOCUMENTO	PRODUTO/SERVIÇO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
NF N° 001383 DE 29/03/10	MANUT. DE AR CONDICIONADO SPLIT E JANELA	1.442,00	-	0,00
TOTAL		1.442,00	1.442,00	0,00

Figura 6: Demonstrativo de gastos de suprimentos de fundos - março/2010 - 3390-39

Fonte: DPC - Prestação de Contas (2009).

DOCUMENTO	PRODUTO/SERVIÇO	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO
ORDEM BANCÁRIA	-	-	558,00	558,00
NF N° 002800 DE 27/03/10	ÁGUA MINERAL 20 L	558,00	-	0,00
TOTAL		558,00	558,00	0,00

Figura 7: Demonstrativo de gastos de suprimentos de fundos - março/2010 - elemento de despesa: 3390-30

Fonte: DPC - Prestação de Contas (2009).

EMPRESA	PRODUTO/SERVIÇO	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
REFRIGAS - ME	MANUT. DE AR CONDICIONADO - SPLIT	14	78,00	1.092,00
DELMIRO M. SESTARO	MANUT. DE AR CONDICIONADO - SPLIT	14	80,00	1.120,00
J. B. N. DA SILVA	MANUT. DE AR CONDICIONADO - SPLIT	14	105,00	1.470,00
REFRIGAS -ME	MANUT. DE AR CONDICIONADO - JANELA	10	35,00	350,00
DELMIRO M. SESTARO	MANUT. DE AR CONDICIONADO - JANELA	10	40,00	400,00
J. B. N. DA SILVA	MANUT. DE AR CONDICIONADO - JANELA	10	55,00	550,00
J. A. AMORIM - ME	ÁGUA MINERAL DE 20 L	140	4,00	558,00
ROSS E GAMA	ÁGUA MINERAL DE 20 L	140	4,25	595,00
ROLIM COM. E REPR.	ÁGUA MINERAL DE 20 L	140	4,75	665,00

Figura 8: Comparativo de cotação de preços - março/2010

Fonte: DPC - Prestação de Contas (2009).

DATA	AUTORIZAÇÃO	VALOR DO SAQUE: R\$
27/03/2010	279379	1.000,00
29/03/2010	210308	1.000,00
TOTAL		2.000,00

Figura 9: Demonstrativo de saque cartão de crédito – sisbb - março/2010

Fonte: DPC - Prestação de Contas (2009).

Pôde-se observar que nas figuras 2, 3, 6 e 7, que tratam do demonstrativo de gastos de suprimento de fundos, houve obediência ao que foi estabelecido em nota de empenho e Portaria do Gabinete da Secretaria de Estado de Defesa e Cidadania (SESDEC) com os elementos de despesas: Material de Consumo 3390-30 e Prestação de Serviços 3390-39.

Já na figura 4 e 8, constatou-se que o suprido realizou a cotação de preços em três estabelecimentos comerciais, onde demonstra a comparação de valores monetários,

expressando o benefício gerado à entidade, através de uma gestão econômica, em virtude de adquirir recursos adequados (em quantidade e qualidade) ao menor custo possível, considerando as condições de aquisição.

Verificou-se, ainda, que na figura 5 e 9, o valor do saque do cartão de crédito fora realizado em duas vezes no percentual de 50% (cinquenta por cento) do adiantamento liberado para o cartão, em cumprimento da legislação pertinente.

No que concerne aos objetivos desta pesquisa, constatou-se que o processo de prestação de contas é de fato realizado de acordo com as normas legais. Essa regularidade é devida, ante o dever do gestor de prestar contas da aplicação do suprimento de fundos aos órgãos competentes que averigua a veracidade da informação prestada, e o conhecimento das penalidades cabíveis, caso não haja comprovação da realização desta modalidade de despesa.

Há de se enfatizar que adoção dessas normas legais implementou-se por meio da conscientização do gestor público, através do processo educativo contínuo, visando promover a qualidade do serviço público, a ética e responsabilidade deste, para minimizar a incidência de fatores desencadeadores de irregularidades durante a administração pública, e assim, garantir a sua eliminação, com vista, a restaurar a imagem denegrida do administrador público, promovendo a transparência nos atos praticados por este.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auditoria governamental com a evolução de sua performance vem sendo aperfeiçoada, permitindo mostrar resultados positivos e pode também ser considerada como um valioso instrumento de auxílio para prestação de contas na gestão pública, trabalhando no sentido de fortalecer as relações governo/sociedade organizada, quando permite através da auditoria, a correção dos desvios nas ações que são desenvolvidas pelo que gerencia o recurso público.

A auditoria de gestão fornece uma avaliação individual do gestor no manejo dos recursos alocados e se neste ato tem sido satisfeitos todos os requerimentos exigidos pela lei, visando verificar o benefício gerado a entidade designada. Que será demonstrado por meio da prestação de contas do suprido através do uso adequado de práticas administrativas que convencerá o público de sua transparência no critério de legalidade, economicidade, eficiência e eficácia na consecução dos objetivos planejados.

Neste contexto, ficou constatado através da auditoria de gestão e de seus indicadores para medição dos aspectos quantitativos e aspectos qualitativos, na avaliação do desempenho público do suprido da Delegacia de Polícia Civil de Rolim de Moura/RO, dispõe de conhecimento relativo às normas reguladoras de suprimimento de fundos, uma vez que demonstrou contabilmente a origem, aplicação e prestação de contas deste recurso, de acordo com a legislação pertinente e os princípios da administração pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Auditoria: Um curso Moderno e Completo**. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa**. Brasília: Centro Gráfica do Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº 10.851 de 29 de dezembro de 2003. Regulamenta a Lei nº 872, de 28 de dezembro de 1999, que trata da concessão de suprimimento de fundos e dá outras providências.

_____. Decreto-Lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para Reforma Administrativa e dá outras providências.

_____. Lei nº 4.320, de 4 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

_____. Lei Complementar nº 168, de 27 de dezembro de 1997. Institui e regulamenta o Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL, e dá outras providências.

_____. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para responsabilidades na gestão fiscal e dá outras providências.

_____. Resolução nº 058/TCE-RO-2010. Dispões sobre a concessão, aplicação e comprovação de suprimimento de fundos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

CASTRO, Róbison Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de, Nelson. **Fundamentos da Auditoria Governamental e Empresas: com modelos de documentos e pareceres utilizados**. São Paulo: Atlas, 2003.

CASTRO, Róbison Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de, Nelson. **Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. São Paulo: Atlas, 2009.

CRUZ, Flávio da. **Auditoria Governamental**. São Paulo: Atlas, 2007.

INTOSAI. **Código de Ética e Normas de Auditoria da**. Tradução de Inaldo da Paixão Santos Araújo e Tribunal de Contas da União. Salvador: Tribunal de Contas da Bahia, 2009.

MACHADO, Marcus Vinicius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. **Manual de Auditoria Governamental**. São Paulo: Atlas, 2007.

OBRAS CONSULTADAS

BORGES, Creunice, CORREIA, Geraldo da Silva, JUNKES, Maria Bernadete, OLIVEIRA, Nilza Duarte Aleixo de, PORTO Wellington silva. **Manual de Orientações para Elaboração e Apresentação de Artigos de Conclusão de Curso**: Cursos de Administração e Ciências Contábeis. Cacoal-RO, 2007.

DAL MAGRO, Eleonice. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Aplicada às Ciências Contábeis**: Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Cacoal, 2009.

_____. **Normas para Elaboração de Trabalhos Científicos**: Informação e documentação-Numeração progressiva das seções de um documento escrito. Cacoal, 2009.